

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 98/XIII/ 3.ª SL**

Aos 17 dias do mês de janeiro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. - *Informações;*

2. - *Apreciação e votação das atas n.ºs 95 e 96, relativas aos dias 9 e 10 de janeiro;*

3. - *Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º1065/XIII/3.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo a implementação de medidas na área da oncologia pediátrica, promovendo maior apoio e protecção aos menores portadores de doença oncológica e aos seus cuidadores, do Projeto de Resolução n.º 1092/XIII/3.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que adote medidas de reforço do apoio às crianças e jovens com cancro, do Projeto de Resolução n.º 1094/XIII/3.ª (PCP) - Reforço de medidas na área da oncologia pediátrica e de apoio às crianças e adolescentes com cancro e suas famílias, do Projeto de Resolução n.º 1095/XIII/3.ª (PAN) - Recomenda ao Governo que implemente várias medidas destinadas a uma maior protecção dos menores com doença oncológica e dos respectivos familiares/cuidadores, e do Projeto de Resolução n.º 1097/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo que adote medidas de reforço do apoio às crianças e jovens com cancro; apreciação da proposta de fusão.*

4. - *Discussão e votação do requerimento do PCP, solicitando a Audição com carácter de urgência, do Presidente do Centro Hospitalar Lisboa Norte, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e Ministro da Saúde sobre a redução da oferta de cuidados de saúde de urgência de ginecologia e obstetrícia.*

10:30 - *Audições, a requerimento oral do PCP, sobre a PPP de Cascais:*

- *Presidente da ARSLVT, Dr. Luis Pisco*

- *Coordenador das Parcerias, Dr. João Matos*

---

1. - Informações

O Presidente informou a Comissão de que baixaram à Comissão, a 11 de janeiro, os P JL n.ºs 726 BE e 727 PAN sobre a utilização da canábis para fins medicinais – sem



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 98/XIII/ 3.ª SL

votação, para nova apreciação na generalidade por 60 dias, pelo que deverá ser criado o GT que, de acordo com a grelha, será coordenado pelo BE e que será integrado pelos Deputados Cristóvão Simão Ribeiro (PSD), Maria Antónia de Almeida Santos (PS), Moisés Ferreira (BE), Isabel Galriça Neto (CDS-PP) e Carla Cruz (PCP). Informou também que uma delegação de parlamentares brasileiros será recebida no dia 8 de fevereiro (quinta-feira) pelas 14 horas e que uma delegação de parlamentares da Noruega está agendada para o dia 21 de fevereiro (quarta-feira) após o plenário (18h30). Pediu que cada GP indique um Deputado para receber em audiência estas delegações: Finalmente deu conhecimento de uma informação jurídica sobre a Petição n.º 307/XIII/2.ª, que está em tramitação na Comissão desde 10 de maio de 2017 como petição individual sendo que a 10 de janeiro de 2018 chegaram novas assinaturas que estão fora do prazo legal (que é de 30 dias a contar da admissão para adesões). Na próxima reunião a Comissão tomará uma decisão sobre o assunto.

Foi admitida e distribuída ao PS a Petição n.º 444 XIII (3.ª), que solicita a revisão da Lei de Bases da Saúde, para efeitos de elaboração de Relatório Final, que indicou o Deputado António Sales.

Para dar cumprimento ao Requerimento do PSD que solicita com carácter de urgência as audições do Conselho Diretivo do INFARMED e da Comissão de Trabalhadores, ficou decidido realizar as referidas audições no dia 18 de janeiro depois do Plenário ou, em alternativa, no dia 19 de janeiro, às 14:30 horas. As grelhas de tempo serão iguais às utilizadas nas audições da presente reunião.

#### 2. - Apreciação e votação das atas n.ºs 95 e 96, relativas aos dias 9 e 10 de janeiro

O Presidente colocou à votação as atas n.ºs 95 e 96 relativas aos dias 9 e 10 de janeiro. A Deputada Ana Rita Bessa pediu um aditamento à intervenção da Deputada Isabel Garriça Neto, na ata n.º 96, que foi aceite por todos. As atas foram aprovadas por unanimidade, com a ausência do PEV.

3. - Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º1065/XIII/3.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo a implementação de medidas na área da oncologia pediátrica, promovendo maior apoio e protecção aos menores portadores de doença oncológica e aos seus cuidadores, do Projeto de Resolução n.º 1092/XIII/3.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que adote medidas de reforço do apoio às crianças e jovens



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 98/XIII/ 3.ª SL

com cancro, do Projeto de Resolução n.º 1094/XIII/3.ª (PCP) - Reforço de medidas na área da oncologia pediátrica e de apoio às crianças e adolescentes com cancro e suas famílias, do Projeto de Resolução n.º 1095/XIII/3.ª (PAN) - Recomenda ao Governo que implemente várias medidas destinadas a uma maior protecção dos menores com doença oncológica e dos respectivos familiares/cuidadores, e do Projeto de Resolução n.º 1097/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo que adote medidas de reforço do apoio às crianças e jovens com cancro; apreciação da proposta de fusão

O Presidente recordou que em anterior reunião da Comissão não foi aceite a proposta de fusão enviada pela DAPLEN relativamente aos PJR n.º 1065/XIII/3.ª (CDS-PP), n.º 1092/XIII/3.ª (PSD), n.º 1094/XIII/3.ª (PCP), n.º 1095/XIII/3.ª (PAN) e n.º 1097/XIII/3.ª (BE), perguntando aos GP's se chegaram a um texto consensual.

A Deputada Ângela Guerra referiu que entregou uma proposta de fusão, a qual já foi distribuída a todos os GP's, frisando que mais nenhum GP o fez.

A Deputada Carla Cruz considerou importante o trabalho feito pela DAPLEN, mas continuam a existir divergências entre os vários textos que parecem insanáveis, pelo que será mais avisado aprovar individualmente os Projetos de Resolução porque os textos devem traduzir o sentido político do partido proponente.

A Deputada Ana Rita Bessa disse que para o CDS-PP o texto de fusão carecia de uma pequena menção e lamentou que não se tivesse chegado a um texto comum.

O Deputado Moisés Ferreira entende que a proposta de fusão da DAPLEN limou o que foi possível, mas considerando que até há projetos de resolução antagónicos, será difícil fundi-los. Depois de pequenos acertos nos textos individuais ficou fixada a redação final dos PJR's, individualmente, o que será comunicado à DAPLEN, para os devidos efeitos. Sobre o PJR n.º 1095/XIII/3.ª será contactado o PAN para saber se aceita o texto proposto.

4. - Discussão e votação do requerimento do PCP, solicitando a Audição com carácter de urgência, do Presidente do Centro Hospitalar Lisboa Norte, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e Ministro da Saúde sobre a redução da oferta de cuidados de saúde de urgência de ginecologia e obstetrícia.

A Deputada Carla Cruz apresentou o [requerimento](#), salientando que, de acordo com informações tornadas públicas, o Centro Hospitalar de Lisboa Norte (CHLN) será o mais afetado pela falta de profissionais nas áreas de ginecologia e obstetrícia,

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 98/XIII/ 3.ª SL**

nomeadamente nas consultas de acompanhamento das interrupções voluntárias da gravidez, salas de parto e enfermarias, sublinhando que vários utentes estarão a ser encaminhados para respostas no setor privado. Tendo em conta a importância do CHLN considera determinante o seu bom funcionamento pelo que requer que as audições se realizem com carácter de urgência.

O Deputado António Sales entende que as questões subjacentes ao requerimento são importantes e o PS não inviabilizará as audições referidas, apesar de haver alguma extemporaneidade do problema porque parece que já existe solução.

O Deputado Moisés Ferreira informou que o BE votará favoravelmente o requerimento. Julga que é grave suspender consultas em determinados dias da semana por falta de enfermeiros especialistas.

A Deputada Ângela Guerra disse acompanhar o requerimento, entendendo que é uma situação complicada e não é admissível que aconteça neste Centro Hospitalar.

A Deputada Ana Rita Bessa compreende a situação descrita pela Deputada do PCP, referindo que o Presidente do Conselho de Administração do CHLN já deu a sua palavra de que não haveria encerramento. Informou que viabilizará o requerimento, mas tem reservas quanto à forma e à oportunidade.

A Deputada Carla Cruz concluiu referindo que, com a audição das entidades propostas, verificar-se-á se é verdade o que foi anunciado e que medidas estão a ser tomadas para que o serviço seja assegurado na integralidade.

O requerimento foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, BE e PCP e as abstenções do PS e do CDS-PP, com a ausência do PEV.

10:30 - Audições, a requerimento oral do PCP, sobre a PPP de Cascais:

- Presidente da ARSLVT, Dr. Luis Pisco

A Deputada Carla Cruz evidenciou, mais uma vez, o entendimento que o PCP tem das PPP's que, no caso da de Cascais, é o de que a prorrogação do prazo até mais dois anos é uma má opção para o SNS. Disse que o Governo desperdiçou uma excelente oportunidade de reverter a gestão do Hospital para o setor público, dando nota de aspetos menos positivos que constam do Relatório da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP) sobre o Hospital, perguntando, nomeadamente, se a ARSLVT se revê nas insuficiências assinaladas, se durante o acompanhamento



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 98/XIII/ 3.ª SL

as encontrou, se deu contas delas à tutela e se está em causa a prestação de cuidados de saúde.

O Deputado Ricardo Baptista Leite considera que a audição é relevante para esclarecer o assunto. Salientou a incoerência do discurso dos partidos apoiantes do Governo porque as Grandes Opções do Plano aprovadas preveem uma nova PPP e nada disseram. Referiu que o Relatório da UTAP também salienta coisas positivas como a satisfação dos utentes, que é um indicador muito relevante. Lamenta que o contrato inicial não salvaguarde a prestação de cuidados nas áreas de infeciologia, oncologia e psiquiatria.

O Deputado João Marques salientou que o PS não tem qualquer preconceito dogmático sobre as PPP's e entende que a renovação ou não do modelo da PPP de Cascais deve ser ponderado sob o ponto de vista económico e social. Questionou a ARSLVT sobre se já chegaram a consenso sobre o aditamento ao contrato, se os cuidados prestados aos utentes daquela Unidade têm tido uma qualidade inferior a outros hospitais públicos e se melhoraria o nível de atividade se a PPP fosse revertida. O Deputado Moisés Ferreira frisou que a entrada da gestão clínica por parte dos privados é um passo perigoso, e, a este respeito falou da degradação do SNS inglês. Frisou ainda que o Estado paga mais à PPP de Cascais do que aos Hospitais EPE. Pediu que a ARS falasse do histórico e do atual litígio da PPP de Cascais e perguntou que benefício traz a prorrogação da PPP de Cascais, até porque o Hospital se recusa atuar nas áreas da infeciologia, oncologia e psiquiatria.

A Deputada Ana Rita Bessa disse que nas conclusões do Relatório da UTAP a entidade gestora da PPP obteve classificação global de Bom ou Muito Bom e que é bom o índice de satisfação, sublinhando que isso legitima o Governo. Colocou questões sobre quais seriam as conclusões se os hospitais públicos estivessem sujeitos a esse escrutínio e se há queixas contra o Hospital de Cascais pelo desempenho dos prestadores ou por deficiência do contrato.

Luís Pisco esclareceu que a ARSLVT faz o acompanhamento do contrato das PPP's de Cascais, Vila Franca e Loures/Odivelas. Disse que havia três cenários possíveis: a renovação, a reversão para o Estado e a abertura de um novo concurso. Com base no estudo, a opção foi a de lançar um concurso e, porque poderá haver atrasos, e como não pode haver quebra de assistência à população doentes, foi decidido prorrogar o contrato até um máximo de dois anos. Esclareceu que o acompanhamento é feito de



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 98/XIII/ 3.ª SL

forma rigorosa e transparente, com todos os relatórios e multas quando há quebra de cumprimento. Certamente os protocolos adicionais deverão prolongar-se em benefício dos doentes.

Na segunda ronda usaram da palavra para pedir esclarecimentos os Deputados Carla Cruz, Ricardo Baptista Leite, João Marques, Moisés Ferreira e Ana Rita Bessa, que o Dr. Luís Pisco prestou.

O Presidente da Comissão agradeceu a presença e as informações disponibilizadas, podendo a audição ser acedida neste [link](#).

#### - Coordenador das Parcerias, Dr. João Matos

A Deputada Carla Cruz perguntou se o Gestor Público (GP) dispõe de instalações no Hospital para fazer o acompanhamento e o escrutínio e, ouvir os profissionais e a população que acede ao Hospital, quais são as áreas onde foram aplicadas multas e se o Hospital de Cascais tem piores indicadores do que os públicos. Pediu uma opinião sobre os protocolos de avaliação nas áreas de dermatologia, urologia e ortopedia e quis saber se tem conhecimento da precariedade dos trabalhadores, do não cumprimento dos rácios dos enfermeiros e que orientações dando.

O Deputado Ricardo Baptista Leite considera que foi uma perda de tempo fazer estas duas audições separadamente e recordou que o BE e o PCP são autores de mais uma PPP na saúde que está prevista no OE 2018, que aprovaram. Considera inadmissível que o Ministro só tenha prorrogado o prazo do Hospital de Cascais depois de OE 2018 ter sido aprovado. Falou dos dados negativos do Hospital, sendo que o Hospital está cada vez mais a recorrer ao SNS, o que revela mais pessoas doentes.

O Deputado João Marques julga que é importante prestar mais cuidados de saúde com menor custo, perguntando se tem havido aumento da procura no Hospital e no SNS. São apontados riscos na área dos recursos humanos, perguntou se são calculados e qual é o passo seguinte. Sobre os encargos com a PPP, perguntou se, com o mesmo nível de gestão pública teríamos os mesmos os encargos.

O Deputado Moisés Ferreira perguntou se o Estado não paga mais à PPP de Cascais do que paga aos Hospitais EPE, se as PPP's não são excecências do SNS, se não há manipulação de indicadores e se garante que a avaliação do Estado permite averiguar esses atos.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 98/XIII/ 3.ª SL

A Deputada Ana Rita Bessa perguntou se existe uma entidade equivalente à UTAP para os Hospitais públicos, se o GP pode averiguar a precariedade, se existe o mesmo escrutínio e se pode dizer o que esteve na base da decisão de prorrogar o contrato com a PPP de Cascais.

João Matos, Coordenador das Parcerias, que veio acompanhado pela Gestora da PPP de Cascais, Alexandra Xardoné, começou por esclarecer que é bom para o país, para o Governo e para a oposição que haja acesso à informação. Descreveu o processo de acompanhamento da execução dos contratos de gestão, referindo que semanalmente e anualmente são elaborados relatórios onde fazem sugestões sobre aspetos de produção e de qualidade bem como o inquérito de satisfação dos utentes.

É exigido o cumprimento do contrato e sempre no interesse do Estado. Ninguém mencionou os aspetos positivos do desempenho do Hospital de Cascais, nomeadamente nas intervenções cirúrgicas, nos tempos de espera, na taxa de cesarianas. Sobre as multas, que ascendem a cerca de 800 mil euros, incidiram mais no início do contrato, sublinhando que o Estado não pode interferir na gestão do Hospital. Esclareceu que foram disponibilizadas instalações para o gestor público bem como toda a informação. Esclareceu que não pagam mais uma consulta do que aquela que foi contratada e na cirurgia do ambulatório só é pago até mais 10% porque para além desse valor são feitos contratos adicionais.

O Presidente solicitou o envio da documentação, que será distribuída a todos os Deputados. Agradeceu a presença e as informações disponibilizadas, podendo a audiência ser acedida neste [link](#).

A reunião foi encerrada às 13:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 janeiro 2018.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 98/XIII/ 3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Catarina Marcelino  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
João Marques  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luís Vales  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Marisabel Moutela  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
António Topa  
Bruno Coimbra  
Laura Monteiro Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Santos  
Isabel Galriça Neto  
Teresa Caeiro  
José Luís Ferreira